



# O pêndulo da democracia: uma análise institucional da crise democrática no Brasil

Jonatha Vasconcelos Santos<sup>1</sup>

## Resenha do livro:

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo, Todavia, 2019.

As comemorações pelo início de 2020 ocorreram paralelamente à divulgação, na madrugada do dia 1º de janeiro, na Folha de São Paulo, de uma pesquisa realizada pela DataFolha, com 2.948 entrevistados, entre os dias 05 e 06 de dezembro, acerca do apoio à democracia<sup>2</sup>. A pesquisa trouxe alguns dados que indicam a percepção da população sobre a democracia enquanto forma de governo: 62% considera que nenhuma forma de governo é melhor do que a democracia, 22% não identifica diferenças substanciais entre a democracia e a ditadura, e 12% prefere a ditadura em determinadas circunstâncias. Além disso, quanto maior a escolaridade e renda, o apoio à democracia enquanto melhor forma de governa é mais estável.

Os últimos anos, como reafirma o diagnóstico da pesquisa do DataFolha, têm sido marcados pelo crescimento da desaprovação da democracia enquanto regime político. Tais sinais podem ser encontrados no apoio a candidatos que colocam em dúvida mecanismos democráticos, como também na identificação de uma tendência à relativização da democracia.

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – São Cristóvão – Brasil - [vasconcelos.jonatha@gmail.com](mailto:vasconcelos.jonatha@gmail.com).

2 Ver matéria disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/apoio-a-democracia-cai-no-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 06 jan. 2021.

Este é um fenômeno que não está circunscrito a América Latina e países como o Chile, a Bolívia, a Venezuela e o Brasil, mas podemos encontrar a emergência dessa narrativa, com apoio de amplas bases sociais, na Europa e nos Estados Unidos como aponta a pesquisa realizada pela *Pew Research*<sup>3</sup>. Diante desse cenário de desconfiança, “O Pêndulo da Democracia” propõe uma análise institucional da relação entre os elementos antidemocráticos e democráticos que estimulam o movimento cambaleante da democracia no Brasil.

Leonardo Avritzer, autor do livro, é Doutor em Sociologia Política pela *New School of Social Research* em Nova Iorque, nos EUA, e professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. E nos últimos trinta anos têm realizado pesquisas relacionadas a temas como participação política, políticas públicas, instituições participativas e democracia. Neste último ponto, e vinculado ao livro em questão, tem-se publicado artigos e livros sobre a crise da democracia no Brasil (Avritzer, 2016, 2018, 2019; Avritzer e Morana, 2017).

A tese do livro, desenvolvida em cinco capítulos de “O Pêndulo da Democracia”, é a de que o Brasil possui uma tendência pendular a processos de democratização e antidemocratização. Esta dinâmica está relacionada a alguns elementos que são mobilizados ao longo da história pelas elites e massas em momentos de entusiasmos democráticos ou autoritários: i) um sistema econômico caracterizado pelo privilégio político, ii) a não modernização, fiscalização e democratização do Judiciário e iii) o impedimento, provocado pelas estruturas policiais e militares, da generalização dos direitos civis. Diante dos aspectos ressaltados por Avritzer (2019), podemos afirmar que o autor produz uma interpretação institucionalista da crise política no Brasil.

No primeiro capítulo, “A *longue dureé* da democracia e da antidemocracia no Brasil”, o autor expõe o movimento pendular de democratização e antidemocratização. Para isso, o intervalo histórico analisado pelo autor é o de 1946 a 2018, no qual o Brasil experimentou dois processos de aprimoramento (1946 a 1964 e 1985 a 2013) e degradação (1964 a 1985 e 2013 a 2018) de valores e instituições democráticas.

Neste capítulo, Avritzer (2019) destaca as “vias antissoberanas” ou “vias de institucionalização da contrademocracia” que movimentam o pêndulo democrático. Nas instituições, a Lei do *Impeachment* e a justificativa legal para a cassação de mandatos. Na economia, o aprofundamento da cisão entre democracia e políticas públicas. Nas estruturas política e de segurança, a ausência de freios institucionais que impeçam a interferência das Forças Armadas na dinâmica

3 Ver matéria disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/satisfacao-com-democracia-aumenta-no-brasil-e-apoio-a-liberdade-de-imprensa-cai-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

eleitoral. E no judicial, Avritzer (2019) mostra como a partir da década de 1990 aumenta o nível de intervenção eleitoral produzido por decisões nos Tribunais Regionais Eleitorais (TERs) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em “As instituições do pêndulo democrático: 1946-2018”, segundo capítulo da obra, Avritzer (2019) analisa o *modus operandi* das instituições não democráticas no Brasil. A argumentação central nesse capítulo é a de que o Brasil convive com dispositivos não eleitorais ou contraeleitorais institucionalizados.

O *impeachment*, representado pela Lei n. 1079 e elaborada alguns meses antes da eleição de Getúlio Vargas em 1950, segundo o autor, constitui um estímulo a uma cultura de cassação de mandatos não avaliado na Constituição de 1988. O envolvimento de elementos que se referem ao desequilíbrio de poder entre situação e oposição ou ainda eventos de má administração administrativa, ambos na abertura de um processo de *impeachment*, representariam a perda de legitimidade da “instituição presidência”<sup>4</sup>.

A segunda organização contraeleitoral é a Justiça Eleitoral. Neste caso, o autor destaca a evolução histórica do caráter regulador para julgador destas instituições. As decisões, por exemplo, de afastamento de mandatos de políticos eletivos a partir da década de 1990 reafirma tal mudança ocorrida durante a Nova República. A questão central do caráter não eleitoral da Justiça Eleitoral é o fato de que, para Avritzer (2019), assistimos, paulatinamente, a degradação da legitimidade do voto e a inserção da dúvida enquanto um elemento constante das eleições.

Os militares, por sua vez, constituem a terceira instituição contraeleitoral. Diante do exemplo da nomeação do general Villas Bôas como principal assessor, em 2018, do novo presidente do STF, o Dias Toffoli, Avritzer (2019) traz um conjunto de reflexões acerca do aumento do protagonismo militar nos processos eleitorais.

No capítulo “A crise da solução dos dois Estados”, o autor conceitua as duas concepções de Estado que provocam a crise democrática: o patrimonialista e o social. Para Avritzer (2019), a crise democrática brasileira se explica pela impossibilidade conciliatória entre essas duas formas de Estado, o social e o patrimonialista, cujos primeiros sintomas de confronto radicalizado pode ser identificado nas respostas político-administrativas de Dilma Rousseff em relação aos impactos da crise econômica de 2008 no país.

O Estado patrimonialista, na clássica definição de Raymundo Faoro em “Os donos do poder”, e mobilizada no livro, constitui nas dimensões de “práticas históricas de espoliação do Estado e dos recursos públicos” (Avritzer, 2019: 77). Por sua vez, o Estado social, constituído no Brasil decorrente da Constituição Cidadã

4 Expressão utilizada com aspas na página 65.

de 1988 e as lutas pela redemocratização no mesmo período, é caracterizado por uma estrutura administrativa construída com base em noções de democratização dos recursos públicos por meio de políticas públicas e de modernização do Estado.

Na busca por identificar esses processos de persistência da dinâmica patrimonialista em um Estado em inúmeras tentativas de modernização, e que constitui o fenômeno de convivência entre formas de Estado distintas (patrimonialista/desenvolvimentista e patrimonialista/social). Nesse sentido, a relação entre as elites brasileiras e as empresas públicas (o Estado), como também os privilégios mantidos por determinados grupos como o setor jurídico, são dois exemplos mobilizados pelo autor para se referir à conciliação entre as dimensões modernizantes e patrimonialistas do Estado.

A convivência entre essas duas formas de Estado, segundo o autor, entra em uma crise institucional e democrática entre os anos de 2013 e 2018. Os cortes nas políticas sociais propostos pelo mercado financeiro que sinalizava para os problemas fiscais e a emergência de um campo político sem interesses conciliatórios com o Estado social constituem a primeira fase da crise. A segunda fase do “choque liberal”<sup>5</sup> é a radicalização do discurso do ajuste econômico e tem início no governo Michel Temer (2016-2019). A terceira fase, esta é uma projeção do autor, começa com o governo Bolsonaro (2019-atual) com a incorporação de uma pauta ultra liberalista apoiada em setores militares e corporações estatais.

Nesse sentido, a crise conciliatória entre os dois estados representa que a regressão democrática, definida enquanto a diminuição da opinião pública à democracia e a emergência de práticas antidemocráticas<sup>6</sup>, não atingiu somente a dinâmica das instituições político-eleitorais como também o consenso, até então conservado, acerca do papel do Estado.

No quarto capítulo, “Violência no Brasil: do homem cordial ao ódio cibernético”, o autor busca identificar algumas transformações “na natureza da violência” no último período de regressão democrática do país. Para isso, Avritzer (2019) mobiliza a noção de “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda e sinaliza para os limites da cordialidade na construção de uma sociedade menos violenta, inclusive e principalmente em nível institucional.

De modo geral, o autor aponta<sup>7</sup> dois principais limites encontrados em Raízes do Brasil: o papel da estrutura liberal de direitos e a incapacidade do estado brasileiro em constituir sociabilidades igualitárias. Com base nessas duas constatações, Avritzer (2019) aponta para a religião e o Poder Judiciário como as duas

5 Ver o termo na página 107.

6 Essa definição pode ser encontrada na página 141.

7 Ver página 118.

instituições que teriam construído, ao longo da formação do Brasil, um Estado no qual a violência é um fenômeno sempre à disposição de diversos grupos sociais.

A mobilização dos setores neopentecostais no processo acentuado de “cristianização do voto”<sup>8</sup> e a intensa interação entre os grupos políticos, a bancada religiosa é um exemplo, são, para o autor, variáveis que explica o aumento da violência em um ambiente no qual a religião perde o caráter conciliatório.

No caso do Poder Judiciário, o autor destaca que a ausência de tolerância das elites e a não constituição de uma “esfera inegociável de liberdades individuais” foram empecilhos para o combate à violência e, podemos afirmar por meio da leitura, a constituição de uma “sociabilidade igualitária”. Sendo assim, o Poder Judiciário utiliza e justifica suas decisões tendo como base princípios variados e particularistas para a aplicação de leis a exemplo do Código Civil e Código Penal. Os debates jurídicos em torno do *habeas corpus* e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, dos embates recentes acerca do crime de responsabilidade atribuído ao presidente Jair Bolsonaro e do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco.

Em “Regressão democrática e o futuro da democracia no Brasil”, Avritzer (2019) elenca como questão central analisar os motivos que levam à queda da aprovação da democracia.

Entre os fatores que incidem sobre este fenômeno, o autor destaca a centralidade das pautas relacionadas à corrupção e o aumento da violência, a ruptura conjuntural da classe média com valores democráticos e uma separação entre a opinião pública e o eleitorado brasileiro.

No caso das pautas da corrupção e o aumento da violência, Avritzer (2019) em uma análise mais compenetrada acerca dos efeitos das operações em combate a corrupção sinaliza para o fato de que a construção da narrativa midiática acerca do tema teve como consequências principais a diminuição da legitimidade do sistema político, como também aquilo que o autor chama de “disjunção” entre a opinião pública<sup>9</sup> e o eleitorado brasileiro. Diferentemente dos períodos de democratização, as eleições de 2014 e 2018 ocorrem em um vácuo de consenso acerca da opinião pública. Este vácuo seria motivado pelo processo de desinformação de redes sociais virtuais como o *Facebook* e o *WhatsApp* e a dificuldade de tomadas de decisões no âmbito do Poder Judiciário acerca do combate à corrupção.

---

8 Termo próprio por meio de descrições utilizadas por Avritzer para se referir à interferência da religião no voto dos neopentecostais. Para isso, ver a página 128.

9 Para Avritzer (2019: 155), a opinião pública “é uma categoria central da modernidade que expressa o fato de um conjunto de pessoas que não ocupam posições de poder estabelecer julgamentos, em outros contextos, sobre aquilo que o governo faz”. É necessário ressaltar que o autor faz um conjunto de ponderações acerca da apropriação das noções norte-americanas e europeias de opinião pública para a análise do contexto brasileiro.

No fundo, a opinião pública, neste período de regressão democrática, fica submetida àquilo que Avritzer (2019) intitula de “distorção jurídico-midiática”<sup>10</sup>.

A obra “O pêndulo da democracia”, de Avritzer (2019), tal como podemos identificar no início da conclusão do texto, examina o processo de regressão democrática por meio de três pressupostos vinculados à noção de degradação institucional de Levitsky e Ziblatt (2018): a ausência de consenso em relação à democracia no Brasil, a presença conjuntural de elementos antidemocráticos mobilizados pelas elites e instituições como o Poder Judiciário e as Forças Armadas e, por fim, o não estabelecimento de um “padrão de direitos e de não violência” na sociedade brasileira.

Desse modo, o livro apresentado, para além de apresentar uma análise da degradação institucional, lança luz sobre outras agendas de pesquisa pertinentes em um ambiente de regressão democrática no Brasil e que extrapolam, como também apontam, os limites de uma abordagem institucionalista. Entre elas, podemos destacar as novas gramáticas que buscam redefinir, diante desse contexto, conceitos como “democracia”, “Estado” e “participação” em cenários não institucionalizados, e nos efeitos práticos que essas novas gramáticas podem revelar por meio de novas formas de participação política que emergem fora das estruturas do Estado.

## Referências

- AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo, Todavia, 2019.
- \_\_\_\_\_. O pêndulo da democracia: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 37, n. 2, Maio/Agosto 2018, pp. 273-289.
- \_\_\_\_\_. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- \_\_\_\_\_; MARONA, Marjorie. A Tensão entre Soberania e Instituições de Controle na Democracia Brasileira. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, Junho 2017, pp. 359-393.
- LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

Recebido em: : 03/04/2020

Aprovado em: 26/05/2020

### Como citar esta resenha:

SANTOS, Jonatha Vasconcelos. O pêndulo da democracia: uma análise institucional da crise democrática no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1483-1488.

10 Ver página 164.